

30 JUL 2015

GAZETA DO POVO

† Tribunal de Justiça vai designar juiz exclusivo para caso dos auditores

» RECEITA ESTADUAL

TJ vai designar juiz exclusivo para a Publicano

| Da Redação

O presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), Paulo Vasconcelos, disse nesta quarta-feira (29) que irá determinar que o juiz Juliano Nanuncio, titular da 3.ª Vara Criminal de Londrina, atue exclusivamente nos processos judiciais decorrentes da Operação Publicano, que investiga um esquema de corrupção na Receita Estadual. Atualmente, Nanuncio acumula os processos da Operação Publicano com todos os outros que tramitam na 3.ª Vara.

As declarações de Vasconcelos foram dadas durante evento do Instituto dos Advogados do Paraná (IAP), em Curitiba, que contou com a participação do juiz federal Sergio Moro, responsável pela Operação Lava Jato.

“Em Londrina, há um caso que envolve fiscais da Receita Estadual que está tendo uma grande repercussão. E lá temos um juiz que está tendo de cuidar de uma vara inteira. Ou seja, ele atua em muitos processos”, disse Vasconcelos. “Mas vou me preocupar a partir de agora de dar a ele exclusividade para julgar esse caso, como foi feito com o dr. Sergio Moro.” O presidente do TJ afirmou ainda que em casos como esses é preciso dar “prioridade no julgamento”.

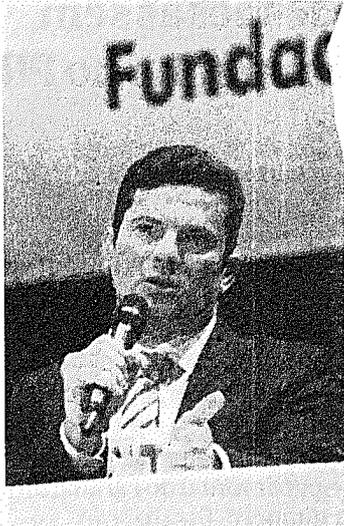
A designação exclusiva de Nanuncio para os processos da Publicano era uma reivindicação de diversos segmentos da sociedade organizada. No último dia 16, num ato realizado na Câmara de Londrina, as entidades que fazem parte do movimento aprovaram uma carta aberta em que pediam ao presidente do TJ que o juiz ficasse apenas com as ações da Publicano e as decorrentes da Operação Voldemort — que investiga a denúncia de fraude na licitação que contratou uma oficina para fazer a manutenção da frota do governo estadual na região de Londrina.

30 JUL 2015

GAZETA DO POVO

» PALESTRA

Pedro Serápio/Gazeta do Povo



Cerca de 400 pessoas lotaram o auditório para ouvir Moro.

Moro 'esquece' LavaJato e foca na Mãos Limpas

Kelli Kadanus

! Cerca de 400 pessoas lotaram o auditório do Teatro Sesc da Esquina, em Curitiba, para ver a palestra do juiz federal Sergio Moro, promovida pelo Instituto dos Advogados do Paraná nesta quarta-feira (29). Moro agradeceu a participação da sociedade civil, mas alertou que não iria falar sobre a Operação Lava Jato. "O que o juiz pode fazer é muito limitado sem o apoio da opinião pública", disse o juiz.

A fala de Moro focou, principalmente, na Operação Mãos Limpas, realizada em 1992 na Itália. Durante a Mãos Limpas, 2.993 mandados de prisão haviam sido expedidos; 6.059 pessoas estavam sob investigação, incluindo 872 empresários, 1.978 administradores locais e 438 parlamentares, dos quais quatro haviam sido primeiros-mi-

nistros. "A gente ouve algumas críticas sobre as prisões cautelares, mas as prisões da Lava Jato não chegam nem perto das 800 realizadas na Itália", disse.

Moro comparou o sistema judiciário brasileiro com o italiano e disse que o cenário é preocupante, já que no caso da operação italiana 40% dos investigados não foram punidos porque crimes prescreveram, ou as leis se alteraram. Para Moro, esse resultado não causaria surpresa no Brasil. "O que é preocupante é que nosso Direito processual é muito espelhado no modelo italiano. Lamentavelmente nós copiamos as virtudes, mas também os vícios."

De acordo com Moro, apesar da Operação Mãos Limpas, a Itália ocupa hoje o 69.º lugar no ranking mundial de transparência. "Por uma incrível coincidência empatada com o Brasil", brincou.

Moro cobrou mudanças na legislação processual penal, através da proposta da Associação dos Juizes Federais (Ajufe), que tramita no Senado. Defendeu que o cumprimento da pena ocorra a partir da tramitação em segundo grau dos processos. Ele fez uma comparação com a legislação dos EUA e da França, onde, apesar de os países serem considerados o berço histórico da presunção de inocência, o cumprimento da pena ocorre já a partir da decisão em primeiro grau.

O juiz concluiu a palestra com uma reflexão. "O que vai acontecer no futuro: vai acontecer como no caso italiano, que apesar de todo o impacto — muito maior que o que temos hoje [na Lava Jato] — a situação pouco mudou por conta de uma contrarrevolução do mundo político, ou vamos aproveitar esses momentos para melhorar nossas instituições para que esses casos não se tornem excepcionais no futuro?"

30 JUL 2015

GAZETA DO POVO

BESSA

Aplausos para Moro

O juiz Sergio Moro foi demoradamente aplaudido ontem, ao ser chamado ao palco do teatro do Sesc da Esquina para a palestra sobre lavagem de dinheiro a convite do Instituto dos Advogados do Paraná. Os aplausos começaram com a plateia – lotada – sentada e depois todos se levantaram. Moro agradeceu erguendo rapidamente a mão direita.

Lavagem à italiana

Embora o tema de sua palestra fosse lavagem de dinheiro, Moro desculpou-se dizendo que falaria da operação Mãos Limpas, realizada na Itália, na década de 90, que segundo ele guarda semelhanças com o “meu caso”, como se referiu algumas vezes à Lava Jato. “É preocupante o fato de o sistema processual brasileiro ser parecido com o italiano”, disse, ao criticar a pouca celeridade da justiça brasileira.



Na entrada do Sesc da Esquina manifestantes distribuíam adesivos em apoio à operação Lava Jato.



O juiz Sergio Moro entre o anfitrião, o presidente do Instituto dos Advogados do Paraná, José Lucio Glomb (de óculos), e os presidentes do Tribunal de Justiça, Paulo Roberto Vaconcelos (à dir.), e da Fecomercio, Darci Piana.

30 JUL 2015

GAZETA DO POVO

Justiça aceita denúncia contra “ala curitibana” da corrupção na Receita

O juiz Mauro Bley Pereira Junior, da 3.^a Vara Criminal de Curitiba, acatou a denúncia oferecida pelo Grupo de Atuação Especial e Combate ao Crime Organizado (Gaeco) contra cinco envolvidos em corrupção na Receita Estadual do Paraná. O auditor fiscal Jorge de Oliveira Santos está entre os investigados. Todos são acusados de participarem de um esquema de cobrança de propina para evitar autuações por irregularidades fiscais em empresas na capital e no interior. A justiça indeferiu pedidos de prisão dos investigados, que vão responder em liberdade.

30 JUL 2015

» FISCO ESTADUAL

GAZETA DO POVO

Justiça acata denúncia contra o ramo curitibano da corrupção na Receita R\$ 1 MILHÃO

teria sido o valor pedido pelo auditor Valdes Ricanelli para não multar um empresário de Umuarama em R\$ 8 milhões. Após negociação que envolveu o auditor Jorge de Oliveira Santos, de Curitiba, a propina foi reduzida para R\$ 450 mil, segundo denúncia do Gaeco.

Dois auditores, um da capital e outro de Umuarama, são acusados de cobrar propina para "aliviar" autuações. Outras 4 pessoas foram denunciadas

Diego Ribeiro e Chico Marés

O juiz Mauro Bley Pereira Junior, da 3.^a Vara Criminal de Curitiba, aceitou a denúncia oferecida pelo Grupo de Atuação Especial e Combate ao Crime Organizado (Gaeco) contra o auditor fiscal Jorge de Oliveira Santos e outras quatro pessoas por suspeita de participação num esquema de corrupção na Receita Estadual do Paraná.

Santos havia sido preso pela Operação Mercúrio, deflagrada em maio, em Curitiba. A investigação é um desdobramento da Operação Publicano, que apura o esquema na região de Londrina. Na Operação Mercúrio, promotores

chegaram a cumprir mandados de busca e prisão dentro da principal sede da Receita Estadual na capital.

Além de Santos, também foram denunciados à Justiça a esposa dele, Verônica Calado; seu filho, Flavio Augusto de Oliveira Santos; o auditor fiscal de Umuarama Valdes Ricanelli; e dois contadores, Rogério Spinardi e Aroldo Adam Junior.

No caso de Adam Junior, o Gaeco pede que a pena dele, em caso de condenação, seja reduzida por ter colaborado com as investigações. Todos são acusados de participarem de esquema de cobrança de propina para evitar autuações por irregularidades fiscais em empresas na capital e no interior.

Ao aceitar a denúncia, o juiz deferiu pedidos de busca e apreensão na Receita Estadual em Umuarama, já cumpridos pelo Gaeco. Apesar disso, os pedidos de prisão foram indeferidos pela Justiça.

Segundo a denúncia do Gaeco à Justiça, os acusados devem responder por corrupção

passiva, corrupção passiva qualificada, crime funcional contra ordem tributária e favorecimento real.

Dois casos

A denúncia descreve dois casos de suposta corrupção em Curitiba e Umuarama, no Noroeste. No primeiro, na capital, o Gaeco afirma que o auditor Jorge Santos recebeu R\$ 25 mil do empresário Walter Nicolau Filho, proprietário das empresas Global Papers Importação e Exportação de Papéis Ltda. e Sinai Comércio de Papéis.

Santos havia recebido uma ordem de serviço da Regional da Receita de Londrina para fiscalizar as empresas em Curitiba no dia 28 de agosto de 2014. Oito meses depois, o auditor havia informado o sistema da Receita que as empresas não se situavam no endereço citado na ordem de serviço. Em maio de 2015, a ordem ainda não havia sido cumprida. O Gaeco acusa o contador de Nicolau, Rogério Spinardi, de agir contra os interesses do próprio cliente, auxiliando Santos a conseguir o pagamento de propina.

CONTINUA

30 JUL 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Em outro caso, o empresário de Umuarama Adílio Benitez, dono de uma casa de material de construção e de uma empreiteira, procurou espontaneamente o Gaeco, em maio deste ano, após saber que Santos havia sido preso.

Benitez relatou que, dois dias depois de ter o caminhão de sua empresa fiscalizado, em maio de 2013, dois auditores foram até a sede da empresa de material de construção Cano & Benitez Ltda. para fazer uma fiscalização. Apreenderam uma série de documentos. O empresário então relata ter sido chamado para comparecer na Delegacia da Receita de Umuarama, quando o auditor da Receita Valdes Ricanelli teria solicitado propina de R\$ 1 milhão para não autuar a empresa no valor de R\$ 8 milhões.

O empresário disse ao Gaeco que, por intermédio de seu contador, Adam Junior, contactou o também auditor Jorge Santos, de Curitiba. Santos e o contador teriam se colocado à disposição para conversar com Ricanelli. Santos teria negociado com Ricanelli que o valor inicialmente solicitado fosse reduzido para R\$ 450 mil, pagos em três parcelas iguais de R\$ 150 mil. Também teria ficado combinado que Santos e Adam fariam o pagamento pessoalmente a Valdes. O Gaeco diz que conseguiu juntar documentos que comprovam as viagens e os pagamentos.

Uma das promessas feitas a Benitez era de que a Receita deixaria de fiscalizar a empresa dele por dois anos. Mas, em outubro de 2014, Benitez viu que a "mordida" não terminaria nunca, segundo seu depoimento. Ele ressaltou aos promotores ter sido chamado pelo auditor Santos, por meio de Adam Júnior, para visitá-lo em seu escritório em Curitiba para acertar a "baixa" da empresa. No local, Santos teria exigido mais R\$ 450 mil.

Santos, segundo o depoimento, chegou a ameaçar o empresário ressaltando que "tinha poderes para [fazer com] que a empresa sofresse fiscalizações que acabariam com ela". Teria ficado acertado que a nova propina seria paga em 9 parcelas de R\$ 50 mil, por meio de transferências para uma empresa do contador Adam Junior, que repassaria os valores ao auditor. Santos, porém, não teria recebido todas as parcelas, pois estava preso na data do pagamento da penúltima.

ATIVIDADE PARALELA

Auditor dava "consultoria" a empresas que queriam evitar "problemas"

O Gaeco afirma que o auditor da Receita Jorge de Oliveira Santos propunha o serviço de "consultoria" para empresários que quisessem evitar problemas com o Fisco. Em depoimento a promotores, o contador da empresa Nova Guaira Transportes, Sérgio Luiz Cardoso, disse ter recebido uma oferta nesse sentido de Santos durante uma fiscalização. Santos, segundo o contador, teria pedido que Cardoso indicasse as empresas que eram suas clientes para ofertar o serviço de "planejamento tributário". O pagamento seria equivalente a 35% sobre o "sucesso" do "planejamento"—ou seja, sobre o montante de impostos que deixariam de pagar. O argumento de Santos era simples, segundo o Gaeco. Ele era auditor e, em razão da sua função, teria informações privilegiadas que serviriam para os empresários. Os serviços também eram colocados à disposição de empresas pela esposa de Santos, Verônica Calado, e de seu filho, Flávio de Oliveira Santos.

CONTINUA

30 JUL 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Contador alega ter agido para defender empresário de coação

Advogado do contador Aroldo Adam Júnior, Edson Moraes Piovezan alega que seu cliente foi coagido pelos auditores a colaborar com o esquema. De acordo com ele, seu cliente admitiu ter sido um “elo” no pagamento de propinas, mas teria feito isso para preservar a empresa de Adílio Benitez e que não se beneficiou do esquema.

“O empresário foi coagido. É como um bandido com um revólver na cabeça da vítima: ou repassava o dinheiro, ou a empresa seria fechada”, afirma Piovezan. De acordo com o advogado, a conta do auditor teria sido usada para fazer os repasses, para “evitar rastros” que ligassem o empresário aos auditores.

Piovezan destaca também

que o Ministério Público pediu à Justiça a redução ou perdão da pena do seu cliente, caso ele siga colaborando.

Já o contador Rogério Spinardi declarou que não tem “nada a ver com isso”, e que a denúncia foi um “equivoco” do Gaeco.

Advogada de Jorge de Oliveira Santos, Louise Mattar Assad disse que não teve acesso às provas e preferiu não se manifestar sobre a acusação. A reportagem não conseguiu localizar a defesa de Valdes Riccanelli.

A Receita Estadual informou não ter sido informada da denúncia, mas que tomará as “medidas cabíveis” quando isso acontecer.

Auditor teria dito que dinheiro era para a campanha de Richa

Em depoimento ao Gaeco, o empresário Adílio Benitez afirmou ter ouvido do auditor Receita Jorge de Oliveira Santos que o dinheiro cobrado dele para evitar autuações a para o fundo de campanha da reeleição do governador Beto Richa (PSDB).

“Ele [Santos] falou que tem muita gente acertado com esse acordo. (...) Até vou falar o

que não sei se devo: ele disse que parte do dinheiro ia direto para o Beto Richa para fazer a campanha dele”, disse Benitez. A conversa, segundo o depoimento, ocorreu em 2013, ano anterior à campanha.

Segundo Benitez, seu contador, Aroldo Adam Junior, havia alertado, antes mesmo de o empresário conhecer Jorge Santos, que o auditor era

próximo do governador em razão do cargo que ocupava na Receita. No depoimento, no entanto, Benitez afirmou que Santos não relatou se era amigo ou tinha algum tipo de relacionamento com Richa.

Já o advogado do contador, Edson Moraes Piovezan, disse à reportagem que Adam Junior confirmou em depoimento que, na reunião, Santos mencionou que parte do dinheiro iria para a campanha de Richa.

Procurado, o PSDB informou que “todas as doações recebidas na campanha eleitoral de 2014 ocorreram dentro da legalidade, sendo registradas e aprovadas integralmente pela Justiça Eleitoral”.

30 JUL 2015

GAZETA DO POVO

Deputado propõe ação contra nova bilhetagem eletrônica da RMC

Fernanda Trisotto

O deputado Requião Filho (PMDB) entrou com uma ação civil pública na 5.ª Vara da Fazenda de Curitiba contra a decisão da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (Comec) de repassar a gestão da bilhetagem eletrônica das linhas de ônibus sob sua responsabilidade para a empresa Metrocard, que é de propriedade das permissionárias que operam o sistema. O deputado pede a anulação dos “atos ilegais e lesivos” ao estado, que, segundo a ação movida por ele, “atentam contra o princípio da segregação de funções e da moralidade administrativa”.

“A atividade de gestão do SBE [sistema de bilhetagem eletrônica] é de caráter eminentemente público e indelegável, uma vez que fiscaliza a integridade da prestação do serviço de transporte. Logo, é incompatível que a fiscalização do serviço seja realizada pelas próprias empresas fiscalizadas”, argumenta a ação.

Além de discordar do fato de a Comec ter delegado à Metrocard esse serviço, Requião Filho também alega que a contratação da empresa Transdata, para fornecimento de equipamentos e tecnologia de bilhetagem, também é ilegal. As duas empresas e o órgão do go-

verno do estado são listados como réus na ação.

Na ação, Requião Filho afirma que a Comec se valeu de uma portaria de 2008, que trata das linhas metropolitanas não integradas, para repassar o serviço de bilhetagem eletrônica das linhas que fizeram parte da Rede Integrada de Transporte (RIT) até este ano para a Metrocard. Para ele, esta seria a primeira irregularidade do processo. “Referida portaria fora publicada à época para regulamentar as linhas de transporte metropolitano que não eram integrados ao transporte de Curitiba, e que representavam uma parcela mínima das linhas metropolitanas”, diz a ação.

Outro questionamento do deputado é em relação à validade dos créditos adquiridos pelos usuários. Enquanto no sistema da Urbs, que gere o transporte coletivo em Curitiba, o dinheiro vai para um fundo público e tem validade de cinco anos, na proposta metropolitana os valores seriam depositados diretamente na conta das empresas. No entendimento do deputado, isso é enriquecimento ilícito.

Requião Filho ainda argumenta sobre a contratação da empresa Transdata como fornecedora de tecnologia e equipamentos de bilhetagem. A empresa é alvo de ação no Distrito Federal, onde ocorreu uma situação semelhante a que está se desenhando no Paraná. A Transdata pertence à família Constantino, que também é operadora de ônibus na capital federal. A justiça no DF teria apurado um furo nas contas da bilhetagem estimado em R\$ 32,2 milhões.

A Comec informou que ainda não recebeu a ação.

30 JUL 2015

GAZETA DO POVO

Presidente da Andrade Gutierrez e mais 12 viram réus na Lava Jato

Otávio Azevedo é acusado dos crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa

Kelli Kadanus, com
Estadão Conteúdo

A Justiça Federal abriu ação penal nesta quarta-feira (29) contra o empresário Otávio Marques de Azevedo, presidente da Andrade Gutierrez, e mais 12 investigados na Operação Lava Jato. A Procuradoria da República atribuiu ao empreiteiro e aos outros acusados os crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa. A decisão é do juiz federal Sergio Moro.

É a primeira vez que Otávio de Azevedo vira réu em ação penal da Lava Jato. Na terça-feira (28), outro empreiteiro, Marcelo Odebrecht, também tornou-se réu pelos mesmos crimes atribuídos ao presidente da Andrade Gutierrez.

Azevedo é acusado de orientar a atuação dos demais denunciados nas tratativas com o operador Fernando Soares para repasse de propinas à Diretoria de Abastecimento da Petrobras.

No processo contra Otávio de Azevedo, também são réus o doleiro Alberto Youssef, os

executivos Antônio Pedro Campelo de Souza, Armando Furlan Júnior, Elton Negrão de Azevedo Júnior, Paulo Roberto Dalmazzo, os operadores Fernando Antônio Falcão Soares, Flávio Gomes Machado Filho, Lucélio Roberto Von Lehsten Goes, Mario Frederico Mendonça Goes, os ex-diretores da Petrobras Paulo Roberto Costa (Abastecimento) e Renato de Souza Duque (Serviços) e o ex-gerente da estatal Pedro Barusco.

OMPf apontou na denúncia dez contratos da Petrobras em que foram encontrados indícios de irregularidades. “Os recursos obtidos através desses contratos, que têm sua origem em crimes de cartel e ajuste fraudulento de licitação, foram utilizados, após a sua submissão a condutas de ocultação e dissimulação, para pagamento das propinas”, considerou Moro ao acatar a denúncia.

Os contratos apontados foram realizados na Refinaria Gabriel Passos (Regap), em Minas Gerais; dois contratos no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj); na Refinaria Landulpho Alves (RLAM), na Bahia; na Refinaria de Paulínea (Replan), em São Paulo; Gasoduto Uruçu-Manaus; Centro de Pesquisas (Cenpes), no Rio de Janeiro; Centro Integrado de Processamento de Dados (CIDP), no Rio de Janeiro; Gasoduto Gasduc III, no Rio de Janeiro e Termina de Regaseificação da

Bahia (TRBA).

No despacho, Moro aponta uma série de pagamentos realizado pela Andrade Gutierrez a empresas pertencentes a operadores do esquema e afirma que o operador Mário Goes afirmou em delação premiada que parte dos valores pagos era propina destinada a funcionários da Petrobras.

“Mario Goes reconheceu ao MPF que, dos contratos de consultoria acima referidos da Rio Marine com a Andrade Gutierrez, cerca de R\$ 1,5 milhão correspondiam a valores pagos em contraprestação de serviços efetivamente prestados, enquanto o restante seria propina dirigida a Pedro Barusco”, destacou o juiz.

CONTINUA

Braskem

contesta prejuízo de R\$ 6 bilhões

! A Braskem, subsidiária da Odebrecht, apresentou nesta quarta-feira (29) uma petição endereçada à Polícia Federal em que contesta a acusação do Ministério Público Federal (MPF) de que um contrato de compra de nafta (matéria-prima usada pela indústria química) teria causado um prejuízo de R\$ 6 bilhões à Petrobras. A acusação consta da denúncia apresentada pelo MPF na sexta-feira (24) e aceita nesta terça-feira (28) pelo juiz federal Sergio Moro.

De acordo com a Braskem, ao longo da negociação do contrato, que durou cerca de um ano, "diversas propostas e contrapropostas foram formuladas". A empresa cita vários depoimentos prestados à Comissão Interna de Apuração da Petrobras que contestam o prejuízo.

"Não apenas os documentos internos da Petrobras comprovam o equilíbrio do contrato, mas a dinâmica atual do mercado de nafta e as projeções de seu preço futuro não deixam dúvidas de que a fórmula de preço, com seus patamares de piso e teto, atende a uma lógica econômica legítima", afirma a Braskem na petição.

A empresa conclui dizendo que "o contrato refletia a dinâmica dos mercados e protegia as duas empresas da volatilidade de preços através do piso e teto estabelecidos, o que é comum no mercado mundial de commodities".

Entenda o caso

De acordo com o MPF, o contrato firmado entre a Braskem e a Petrobras em 2009, referente a uma renegociação de um contrato de compra de nafta, causou um prejuízo de cerca de R\$ 6 bilhões à estatal.

Para favorecer a Braskem na negociação, o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa teria recebido propina. O MPF estima que US\$ 5 milhões ao ano foram pagos em vantagem indevida para Costa, ao Partido Progressista (PP) e ao ex-deputado José Janene. Após a morte de Janene, em 2010, Youssef passou a receber a propina em seu nome. Os pagamentos eram feitos no exterior através do ex-executivo da empresa Alexandrino Alencar, em contas indicadas por Youssef.

Juiz decreta nova prisão preventiva de Baiano

! O juiz federal Sergio Moro decretou nesta quarta-feira (29) nova prisão preventiva do operador Fernando Soares, conhecido como Baiano. O pedido foi feito pelo Ministério Público Federal (MPF) ao apresentar a denúncia contra executivos da Andrade Gutierrez na última sexta-feira (24).

De acordo com Moro, a cooperação internacional com a Suíça revelou que Soares é o titular da conta da offshore Three Lions Energy, mantida em Genebra. Os extratos da conta mostram o recebimento de pelo menos US\$ 800 mil, oriundos da Piemonte, empresa de fachada utilizada pelo operador Julio Camargo. Parte dos valores foram repas-

sados à conta da offshore Russel Advisor, que tem como beneficiário final o ex-diretor da área internacional da Petrobras Nestor Cerveró.

Segundo o despacho de Moro, "do exame dos extratos da conta ainda é possível identificar outras prováveis contas secretas ainda mantidas no exterior por Fernando Falcão Soares". Uma delas seria a Falcon Equity Limited, que teria recebido US\$ 600 mil da Three Lions Energy. A outra conta, em nome da 3 Lions Heavy Industries, teria recebido US\$ 300 mil da Three Lions Energy.

"Mantendo ainda o acusação de contas secretas no exterior, sobre as quais ainda não há qualquer explicação da parte dele, há igualmente um risco real à aplicação da lei penal, não só pela frustração do sequestro e do confisco judicial, mas igualmente pela fuga", avaliou Moro ao decretar nova prisão.

Fernando Soares está preso no Complexo Médico Penal (CMP) de Pinhais. Ele foi detido em novembro do ano passado e é apontado como operador do PMDB no esquema de desvio de dinheiro da Petrobras.

Outrolado

O advogado de Soares, Nélcio Machado, disse que vai tomar as providências necessárias para recorrer. "Eu considero isso uma forma de não dar eficácia alguma às decisões de outras instâncias, porque se eu ganhar [habeas corpus] em outro tribunal, ele [Sergio Moro] me obriga a percorrer um novo caminho", afirmou.

CONTINUA

30 JUL 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

MPF denuncia Duque e outros 4

O Ministério Público Federal (MPF) denunciou nesta quarta-feira (29) o ex-diretor de Serviços da Petrobras Renato Duque, o empresário Julio Camargo e outras três pessoas pelos crimes de corrupção ativa e passiva e lavagem de dinheiro: a advogada Christina Maria da Silva Jorge e os empresários João Antônio Bernardi Filho e Antônio Carlos Briganti.

Segundo o MPF, houve favorecimento à empresa italiana Saipem na contratação de obras da Petrobras. O ex-diretor Renato Duque é acusado de receber propina — em dinheiro e obras de arte — para favorecer os italianos. João Bernardi era representante comercial da Saipem do Bra-

sil, subsidiária da empresa italiana Saipem S/A. Ele teria oferecido vantagem indevida para Duque para assegurar que a estatal contratasse a empresa italiana para a realização das obras de instalação do gasoduto submarino de interligação dos campos de petróleo Lula e Cernambi.

Segundo os procuradores, os acusados realizavam transações bancárias nas contas da Hayley/SA, offshore uruguaia que mantinha contas na Suíça e que, posteriormente, remetia os valores como simulação de investimentos na sua subsidiária Hayley do Brasil. Por fim, a Hayley do Brasil adquiria obras de arte em seu nome, mas as entregava a Duque como parte da propina.

Entre as provas do crime de corrupção, o MPF aponta o roubo de R\$ 100 mil sofrido por João Bernardi quando se dirigia à sede da Petrobras para realizar um pagamento a Duque. Além disso, os procuradores apontam depósitos de US\$ 1 milhão em favor de Duque nas contas da Hayley na Suíça, controlada por Bernardi.

Por fim, Duque teria recebido de Bernardi R\$ 577,4 mil, com o auxílio de Christina Jorge e Antônio Briganti, através de 13 obras de arte. A compra foi registrada em nome de Bernardi e da Hayley do Brasil mas quem dispunha de fato das obras era Duque.

O advogado de Duque não foi localizado para comentar a denúncia. O advogado de Julio Camargo, Antônio Figueiredo Basto, disse que ainda não teve acesso à denúncia e não quis comentar o caso. Os demais defensores não foram localizados pela reportagem.

30 JUL 2015

GAZETA DO POVO

Cadeião com 270 presos será fechado

Gesli Franco,
especial para a Gazeta do Povo

A Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária do Paraná (Sesp) anunciou na quarta-feira (29) que vai transferir 270 presos do minipresídio da 9.ª Subdivisão Policial (SDP) de Maringá, no Noroeste do Paraná, para o sistema penitenciário. A medida foi tomada logo depois de o local ser interditado pelo Ministério Público do Trabalho (MPT).

O diretor do Departamento de Execução Penal (Depen), Luiz Alberto Cartaxo, afirmou que a retirada dos detentos deve começar nesta quinta-feira (30) e ser finalizada em uma semana. A princípio, os presos deverão ser alocados na Casa de

Custódia de Maringá (CCM) e na Penitenciária Estadual da mesma cidade.

A interdição do MPT foi feita por meio de um ofício que orientava a suspensão imediata de todas as atividades em virtude da falta de segurança e da insalubridade. O órgão se posicionou pelo fechamento após solicitação da Promotoria de Direitos Constitucionais, que vem fazendo fiscalizações no minipresídio.

Segundo o promotor de Justiça Maurício Kalache, as condições no cadeião são desumanas. Na ala prisional há infiltração, fiação elétrica exposta, paredes rachadas, falta de ventilação, ratos circulando entre presos, sem falar da superlotação. O local tem capaci-

dade para alojar 116 pessoas, mas 270 estavam reclusos.

Nos cômodos administrativos a situação não melhora. Nessas salas faltam extintores de incêndio e hidrantes, a fiação elétrica também oferece risco e em alguns corredores o teto está quase caindo. Diante da situação, o gerente regional do MPT, Paulo Ricardo Cardoso, diz que os agentes não têm a mínima segurança para continuar trabalhando.

O Ministério Público do Paraná (MP-PR) também encaminhou ofício nesta quarta-feira ao prefeito de Maringá, Roberto Pupin (PP), pedindo a demolição do minipresídio. O prédio não tem sequer alvará para funcionamento, descumprido, portanto, as leis municipais de edificações.

COLUNA DO LEITOR

Lava Jato 1

A presidente Dilma atribui a queda de 1% do PIB às investigações da Polícia Federal na Lava Jato. A pergunta que se deve fazer é por que existe a operação. Governadores querem defender Dilma, pois temem efeito cascata no caso de ela sofrer o impeachment.

Paulo Henrique Coimbra de Oliveira, Rio de Janeiro - RJ

Lava Jato 2

Todos são iguais perante a lei. Mas, até então, alguns são mais iguais. O juiz Sérgio Moro, contrariando muitos poderosos, segue a lei ao pé da letra. O problema é que estão querendo alterar as regras do jogo. Os hábeis advogados dos envolvidos na Lava Jato almejam desqualificar a "delação premiada", alegando se tratar de tortura psicológica prejudicial à defesa dos réus. Comenta-se até que há um projeto na Câmara proibindo que presos façam acordos para amenizar suas penas. É um pretexto inédito a ser combatido para que a justiça seja feita sem distinção, como sempre deveria ser.

Humberto Schwartz Soares, Vila Velha - ES

VIOLÊNCIA

Em 10 anos, Estatuto do Desarmamento evita 121 mil mortes

▶ Ao menos 121 mil mortes foram evitadas de 2003 a 2012 no Brasil em função do Estatuto do Desarmamento, lei federal que dispõe sobre o registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição. Os dados foram apresentados nesta quarta-feira (29) no 9.º Encontro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que segue até sexta-feira (31) no Rio de Janeiro. De 1979 a 2003, ano em que o Estatuto entrou em vigor, 500 mil pessoas foram mortas por armas de fogo no país, segundo o Ministério da Saúde. Para o coronel José Vicente da Silva, da PM de São Paulo, há uma relação direta entre o aumento de apreensões de armas de fogo e a redução do número de homicídios.

30 JUL 2015

FOLHA DE LONDRINA

AGU pede condenação da Sanepar

Valor da indenização pode chegar a R\$ 500 milhões e se refere a 16 ações civis ajuizadas contra a concessionária pelo funcionamento irregular de estações de esgoto nos últimos 15 anos

Celso Felizardo
Reportagem Local

Londrina – A 3ª Vara Federal de Londrina acatou, na última sexta-feira, um pedido da Advocacia-Geral da União (AGU) e concedeu liminar para que a Sanepar adeque a conduta de lançamento de efluentes a fim de evitar danos ambientais. A Justiça fixou multa de R\$ 50 mil caso as determinações sejam descumpridas. A AGU ajuizou recentemente 16 ações civis públicas contra a concessionária pelo funcionamento irregular das estações de esgoto de várias regiões do Estado nos últimos 15 anos. A Sanepar pode ser condenada a pagar R\$ 500 milhões em danos morais coletivos.

Segundo a AGU, os pedidos foram gerados pela constatação de uma piora na qualidade do tratamento de esgoto em todo o estado do Paraná, com danos para os recursos hídricos. A Ação Civil Pública em questão é de autoria do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama), que sustenta que a Sanepar recorre no lançamento de efluentes sem tratamento adequado, polui cursos hídricos e opera sem licença ou outorga dos órgãos responsáveis nos municípios da Subseção Judiciária de Londrina.

No mesmo processo, são réus o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e o Instituto das Águas que, segundo o Ibama, “vêm atuando com descaso e complacência na fiscalização das atividades desempenhadas pela Sanepar, seja por não analisarem e emitirem com a celeridade devida as licenças de operação e os pedidos de outorga, seja por permitirem que a empresa de saneamento atue em desacordo com as licenças já concedidas, ou então por não exigirem que ela se adeque aos termos e condições impostos para a operação das estações de tratamento de esgoto”.

Ao analisar os pedidos formulados pela AGU, o juiz federal substituto da 3ª Vara Federal de Londrina, Bruno Henrique Silva Santos, reconheceu que embora os fatos tratados nos autos sejam complexos, “o meio ambiente hídrico e a saúde pública merecem especial atenção e cuidado, de maneira que os mesmos ou novos eventuais gravames não venham a persistir”.

ENQUADRAMENTO

O procurador federal Jefferson Thiago Lopes informou que o objetivo das ações são para que a Sanepar se

enquadre nas leis ambientais e para que os órgãos fiscalizadores exerçam seu papel de polícia. “São situações similares e recorrentes em quase todo o Estado, tanto do agente infrator como da omissão dos órgãos fiscalizadores”, detalhou.

Na decisão, a Justiça obriga a Sanepar a atender as condicionantes impostas no licenciamento ambiental do Instituto Ambiental do Paraná e os parâmetros fixados na outorga do Instituto das Águas do Paraná para lançamento de efluentes líquidos e sólidos em todas as estações. Outras ações são analisadas nas Subseções Judiciárias Federais de Curitiba, Maringá, Umuarama, Cascavel, Jacarezinho, Ponta Grossa, União da Vitória, Foz do Iguaçu, Telêmaco Borba, Apucarana, Francisco Beltrão, Paranavaí, Campo Mourão, Guarapuava e Pato Branco.

CONTINUA

30 JUL 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

HISTÓRICO

Segundo as explicações dos órgãos da AGU, desde 2001 tramita, no Ibama, processo administrativo contra a Sanepar. Destacaram, ainda, que em 2008 foi lavrado novo auto de infração, por conta de irregularidades ambientais constatadas em cada uma das estações de tratamento de esgoto da Sanepar, sendo aplicadas multas cujo montante ultrapassa o valor de R\$ 100 milhões.

Em 2012, o Ibama e a Polícia Federal realizaram a Operação Água Grande para avaliar a regularidade e eficiência das estações de tratamento de esgoto. De acordo com os procuradores da AGU, durante a investigação, foram detectadas outras centenas de irregularidades, inclusive o despejo de esgoto in natura no Rio Iguaçu, o que gerou novos autos de infração pelo órgão ambiental.

30 JUL 2015

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Desvio de dinheiro

O Ministério Público do Paraná (MP-PR) apresentou ontem, na 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça (TJ), denúncia contra o prefeito de Ibema (Oeste), Antonio Borges Rabel (DEM), por crimes de fraude à licitação e desvio de dinheiro público por meio de organização criminosa. Ao todo, foram atribuídos ao prefeito 13 crimes cometidos contra a administração pública. Também foi apresentada ao juízo da Comarca de Catanduvas denúncia contra dois secretários municipais de Ibema, um servidor e empresários por crimes correlatos. Segundo denúncia do Gaeco de Cascavel, empresários procuraram a prefeitura de Ibema para que fosse feita licitação dirigida na área de medicamentos e produtos médico-hospitalares. Os empresários forneciam apenas uma parte dos medicamentos, e emitiam notas somente para desviar dinheiro da prefeitura, em proveito dos acusados.

30 JUL 2015

FOLHA DE LONDRINA

Lava Jato chega à 20ª colaboração premiada

**Força-tarefa do MPF fecha acordo
com Mario Góes, operador do
pagamento de propinas para a
Odebrecht e a Andrade Gutierrez;
executivos e Duque viram réus**

**Empreiteira
repassou
R\$ 1,5 mi para
Alberto Youssef**

Rubens Chueire Jr.
Reportagem Local

Curitiba – Proprietário da Rio Marine Óleo e Gás e da Mago Consultoria e apontado pelos investigadores como operador do pagamento de propinas para a Odebrecht e Andrade Gutierrez, Mario Góes fechou colaboração premiada com os procuradores do Ministério Público Federal (MPF). Este é o 20º acordo celebrado com investigados dentro da Operação Lava Jato, outros dois ainda seguem em sigilo.

A delação foi confirmada no despacho expedido ontem pelo juiz Sérgio Moro, ao acatar denúncia contra 13 pessoas, entre elas o presidente da Andrade Gutierrez, Otávio Marques de Azevedo e outros executivos, o próprio Mario Góes, além do doleiro Alberto Youssef e de ex-dirigentes da Petrobras. Agora todos são réus e acusados dos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro

Entre as irregularidades constatadas, as investigações apontam que, em pelo menos nove contratos fechados com a Petrobras, a Andrade Gutierrez teria pagado vantagens indevidas em torno de 2% a 3% do valor total de

cada obra para a diretoria de Serviços, que à época era comandada por Renato de Souza Duque.

Para justificar parte da propina paga ao ex-dirigente da estatal, a Andrade Gutierrez transferiu, entre 2007 e 2009, R\$ 4,9 milhões à empresa Rio Marine, simulando contratos de consultoria para justificar os repasses. “Em recentes depoimentos buscando benefícios de colaboração, Mario Góes reconheceu ao MPF que, dos contratos de consultoria referidos da Rio Marine com a Andrade Gutierrez, cerca de R\$ 1,5 milhão correspondiam a valores pagos em contraprestação de serviços efetivamente prestados, enquanto o restante (ou seja, R\$ 3,4 milhões) seria propina dirigida a Pedro Barusco”, destacou Moro.

Em outra forma de ocultar a origem de valores escusos, a Andrade Gutierrez, conforme destaca Moro, utilizando conta em nome da empresa Zagope Angola, no exterior e que é por ela controlada, transferiu US\$ 6,4 milhões para conta em nome da off-shore Phad Corporation, na Suíça, que era controlada

por Mario Góes. Através da conta Phad Corporation e de outra conta utilizada por Góes, a Maranelle, foram repassados algo em torno de US\$ 20 milhões para contas mantidas na Suíça por Pedro Barusco, ex-gerente de Serviços da Petrobras.

“(Góes) também reconheceu ser o titular da off-shore Phad Corporation; que os serviços no contrato com a Zagope eram simulados, que os recursos recebidos na Phad provinham, pelo que se recorda, todos da Andrade Gutierrez e que os valores, de cerca de US\$ 6 milhões recebidos na conta, foram repassados a Pedro Barusco”, completou o magistrado.

Outros métodos utilizadas pela Andrade Gutierrez, para lavagem dos recursos obtidos com o cartel e com o ajuste fraudulento das licitações e para o pagamento das propinas, foi o repasse de R\$ 1,5 milhão para Alberto Youssef e simulação de contratos com empresas de fachada de titularidade de Fernando Soares, o “Baiano” e seu sócio, Armando Furlan.

A defesa de Mario Góes não retornou às ligações da reportagem da FOLHA para comentar o acordo fechado com o MPF.

30 JUL 2015

FOLHA DE S. PAULO

Executivos da Andrade Gutierrez viram réus na Justiça

Presidente da empresa, Otávio Azevedo responderá por corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa

Empresa disse em nota que não discutirá denúncias pela imprensa; Azevedo tem negado as acusações

ESTELITA HASS CARAZZAI
DE CURITIBA

O juiz federal Sergio Moro aceitou, nesta quarta-feira (29), a denúncia do Ministério Público Federal contra executivos da Andrade Gutierrez, que agora irão responder sob acusação de corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa.

Foram acusados pela força-tarefa da Operação Lava Jato, que investiga o pagamento de propina em obras públicas, o presidente da Andrade Gutierrez, Otávio Marques de Azevedo, e outras 12 pessoas, incluindo ex-funcionários da empreiteira.

Azevedo está preso preventivamente em Curitiba desde junho. Segundo o juiz Moro, há “provas documentais do fluxo financeiro” entre a empresa e operadores de propina, paga em dez contratos da empresa com a Petrobras.

O Ministério Público Federal acusa a empreiteira de ter promovido o pagamento de

R\$ 243 milhões em vantagens indevidas nesses contratos.

Foram detectadas movimentações de pelo menos R\$ 10 milhões, aproximadamente, em operações de lavagem de dinheiro, feitas com o auxílio dos operadores Alberto Youssef, Fernando Soares (o Baiano), Armando Furlan Júnior, Mario Goes e

Lucélio Goes.

NOVO DELATOR

Na decisão, Moro revela que Mario Goes, preso desde fevereiro, fechou um acordo de delação premiada.

Ele admitiu que movimentou pelo menos R\$ 3,4 milhões e outros US\$ 6 milhões, no Brasil e no exterior, para o pagamento de propinas a Pedro Barusco, ex-gerente da área de Serviços da Petrobras.

“Além do depoimento dos colaboradores, a documentação que indica a existência do cartel e dos ajustes de licitação e a prova documental do fluxo financeiro entre a Andrade e os operadores conferem sustentação à denúncia”, escreveu o juiz.

Além dos dois atuais executivos da Andrade Gutierrez, também foram denunciados os ex-funcionários Antônio Pedro Campelo de Souza, Flávio Gomes Machado Filho e Paulo Dalmazzo; os ex-diretores da Petrobras Paulo Roberto Costa e Renato Duque; o ex-gerente da estatal Pedro Barusco e os operadores Baiano, Youssef, Mario e Lucélio Goes e Armando Furlan Júnior.

Moro também decretou nova prisão preventiva contra Baiano —a terceira contra o operador de propinas.

> OUTRO LADO <

Defesa de réus não comenta decisão judicial

DE SÃO PAULO

Em nota, a Andrade Gutierrez informou que não discutirá denúncias pela mídia.

A defesa de Renato Duque afirmou que a denúncia é impropriedade porque se baseia apenas na fala de delatores.

O advogado de Fernando Soares, Nélio Machado, disse não ter ficado surpreso com a aceitação da denúncia e o novo pedido de prisão e acusou o juiz Moro de querer forçar uma delação premiada. Os advogados de Mario e Lucélio Goes não quiseram comentar.

30 JUL 2015

FOLHA DE S. PAULO

Consultor investigado na Lava Jato fecha acordo de delação

Firmas de Mario Goes firmaram contratos fictícios de consultoria

O consultor Mario Goes, que passou a responder nesta terça-feira (29) por sua segunda ação penal na Operação Lava Jato, virou delator.

A defesa de seu filho, Lucélio Goes, também réu, afirmou não participar de negociações para selar acordo semelhante. “Só soube do acordo de Mario Goes hoje”, afirmou Lucio de Constantino, advogado de Lucélio. Ele diz não saber de nenhuma condição do acordo do pai que possa beneficiar o seu cliente, o filho.

O primeiro depoimento de Mario como delator foi prestado nesta terça à Polícia Federal, em Curitiba, onde está preso desde fevereiro. Em um dos termos de colaboração, ele trata do pagamento de ao menos R\$ 3 milhões de propina pela Andrade Gutierrez.

De acordo com o Ministério Público, empresas de Mario Goes firmaram contratos fictícios de serviços de consultoria para disfarçar propinas pagas por empreiteiras a diretores da Petrobras.

Goes teve ao menos dois contratos com a empreiteira Andrade Gutierrez, assinados em 2007 e 2008. No início do ano, a PF encontrou 31 notas fiscais emitidas por empresa de Goes em favor da Andrade Gutierrez, no valor total de R\$ 5,3 milhões. Algumas notas são sequenciais, o que levantou suspeitas de fraude.

Na época da prisão de Goes, o Ministério Público disse que nenhuma prova indicava que as empresas de Goes teriam “capacidade para desempenhar os serviços de consultoria”. (PAULA REVERBEL E ESTELITA HASS CARAZZAI)

FOLHA DE S. PAULO

LEONARDO SOUZA

A Lava Jato e Cabral

RIO DE JANEIRO- Desde as primeiras notícias sobre a Lava Jato, ainda em 2014, especula-se sobre o envolvimento do ex-governador Sérgio Cabral no petróleo, como beneficiário do esquema.

Por ordem do STJ, a PF abriu inquérito para investigar Cabral. Verdade seja dita, até agora não surgiu prova contundente contra ele. Pelo menos a público não veio.

Mas o escândalo aproxima-se cada vez mais do ex-governador do Rio. Na nova fase da operação, deflagrada nesta terça (28), o executivo Ricardo Marques, da Techint, foi alvo de mandado de condução coercitiva.

Dois meses atrás, ele já havia prestado depoimento à PF. Declarou que, em 2010, reuniu-se com Wilson Carlos Carvalho e com Paulo Roberto Costa, ex-diretor da Petrobras e principal delator do esquema. Quem conhece Wilson, sabe sua função: dinheiro.

Wilson foi assessor financeiro na reeleição de Cabral, em 2010. Segundo Ricardo Marques, Costa lhe pediu contribuição para a campanha de Cabral. Marques negou ter atendido.

Em junho, foi preso Rogério Araújo, diretor da Odebrecht. A PF interceptou um e-mail dele, de 2007. Na mensagem, ele informa a outros executivos que a companhia fora incluída numa das obras do Comperj. “Petrobras/PR vai conversar com o governador sobre este novo arranjo com a participação da CNO (é importante Sergio Cabral ratificar!).”

“Petrobras/PR” é Paulo Roberto Costa. CNO, Odebrecht.

Outro documento apreendido revela como a Odebrecht preparou um de seus executivos para dar certas respostas à PF, caso fosse ouvido. Ele deveria afirmar, por exemplo, que “de modo algum” recebeu “solicitação de contribuição financeira” para a campanha de Cabral.

Cabral nega envolvimento no petróleo. Na verdade, o ex-governador parece não estar nem aí para a Lava Jato. Literalmente. Na semana passada, curtia o show do U2 em Nova York.

30 JUL 2015

30 JUL 2015

FOLHA DE S. PAULO

Lula move ação contra jornalistas da 'Veja' por danos morais

Ex-presidente questiona reportagem que o associou ao esquema de desvios na Petrobras

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva entrou nesta quarta-feira (29) na Justiça do Distrito Federal com uma ação contra jornalistas da revista "Veja" em que pede reparação por danos morais.

O petista questiona reportagem publicada pela revista nesta semana que o associou ao escândalo de corrupção na Petrobras.

Segundo o semanário, o ex-presidente da OAS José Aldemário Pinheiro Filho, o Leo Pinheiro, está negociando um acordo de delação premiada no âmbito da Operação Lava Jato e ofereceu aos investigadores informações sobre como Lula teria se beneficiado do esquema de desvios na estatal.

Após a publicação da reportagem, a defesa do executivo, que está em prisão domiciliar e é próximo de Lula, emitiu nota na qual nega as supostas tratativas em torno de um acordo de delação.

A Editora Abril, que edita a "Veja", ainda não se pronunciou sobre o caso.

Os advogados de Lula acionaram judicialmente os jornalistas Robson Bonin, Adriano Ceolin e Daniel Pereira, que assinaram a reportagem,

e o diretor de Redação da revista, Eurípedes Alcântara.

"O texto é repugnante, pela forma como foi escrito e pela absoluta ausência de elementos que possam lhe dar suporte", afirmam os advogados do ex-presidente na ação.

A defesa de Lula argumenta ainda que, de acordo com jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, "a liberdade de comunicação e de imprensa pressupõe a necessidade de o jornalista e/ou o veículo pautar-se pela verdade".

"A reportagem repete práticas comuns à 'Veja': mente, faz acusações infundadas e sem provas, apresenta ilações como se fossem fatos, atribui falas e atos, não tem fontes e busca atacar, de todas as formas, a honra e a imagem do ex-presidente Lula", afirmou o Instituto Lula em nota.

NEGOCIAÇÃO

De acordo com a "Veja", a negociação entre Leo Pinheiro e os investigadores da Lava Jato envolveria também o detalhamento de despesas pessoais da família de Lula pagas pela OAS e, ainda, a entrega de uma lista dos políticos que teriam recebido propina da empreiteira.

Leo Pinheiro foi preso em novembro do ano passado sob suspeita de lavagem de dinheiro, corrupção ativa e associação criminosa. O executivo, em prisão domiciliar desde abril, nega as acusações.

30 JUL 2015

FOLHA DE S. PAULO

Procuradoria quer cotas em concurso do Exército

Ação na Justiça pede que Forças Armadas apliquem lei federal de reserva de vagas

FLÁVIA FOREQUE
DE BRASÍLIA

A Procuradoria da República no Distrito Federal entrou com uma ação na Justiça para obrigar o Exército a reservar 20% de vagas para negros em concurso público para formação de cadetes.

Para o Ministério Público, as Forças Armadas estão sujeitas à lei, de 2014, que prevê cotas em toda disputa da “administração pública federal”. A própria Marinha, afirma, já adotou a medida.

O Exército, no entanto, pondera que a norma não faz referência direta aos militares e que a Constituição prevê “tratamento diverso” dos demais servidores civis.

A ação pede ainda a “imediata retificação” do edital do concurso, publicado em maio.

A intenção é permitir a reabertura do prazo de inscrição, para garantir a participação de candidatos autodeclarados negros ou pardos. Com 500 vagas disponíveis, a primeira etapa acontece em outubro — as inscrições foram encerradas no início deste mês.

O Exército informa que o

edital tem respaldo de sua consultoria jurídica e disse que “sempre cumpre as ordens emanadas da Justiça”.

ITAMARATY

A reserva de vagas para candidatos negros em concursos federais também gerou polêmica no Itamaraty.

A lei afirma que a cota é garantida “àqueles que se auto-declararem pretos ou pardos no ato da inscrição no concurso público” e prevê eliminação da disputa caso se identifique “declaração falsa”. Mas não é explicitado de que forma isso ocorreria.

A ONG Educafro, que combate o racismo, defende que o edital do concurso do Itamaraty preveja um “mecanismo de verificação de autodeclaração”. Diante do impasse, a Procuradoria no DF pediu informações sobre o concurso. A disputa oferece 30 vagas, seis delas para negros.

O Itamaraty deve enviar um representante ao Ministério Público com esclarecimentos. Em sua defesa, a pasta vai argumentar que seu edital segue modelo semelhante de concursos de outros ministérios.

BEMPARANÁ 30 JUL 2015

Débora Cristina Venerai

Senado aprova projeto que altera a ECA

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) completou, no dia 13 de julho de 2015, 25 anos. Considerando seu tempo de existência, é normal que a sociedade questione sua real aplicabilidade e eficácia em relação aos atos praticados pelos jovens infratores. Coincidência ou não, o plenário do Senado Federal aprovou na noite da última terça-feira, dia 14 de julho de 2015, o substitutivo do projeto de lei 333/2015, de autoria do senador José Serra (projeto de lei com a finalidade de alterar as penas aplicadas a crimes graves que envolvem violência ou grave ameaça, tais como homicídio e roubo qualificado). Diz-se, por exemplo, que o roubo é qualificado se daquela ação resultou para a vítima lesão corporal de natureza grave. E considera-se grave a lesão que causa à pessoa incapacidade para as ocupações habituais, perigo de vida, debilidade de membro, sentido ou função ou aceleração de parto.

Uma das justificativas para a proposição do projeto, além do ajuste da lei à atual realidade criminal, foi sem dúvidas a crescente participação dos menores de dezoito anos em crimes graves como roubo, homicídio, e também latrocínio, que é uma espécie de roubo, porém, qualificado pelo resultado morte. Ou seja, aqueles casos em que no popular linguajar “rouba e depois mata” ou “mata pra roubar”. Para esses casos, o código penal

brasileiro fixa para os adultos uma pena de 20 a 30 anos. Isso não ocorre atualmente, quando o crime é praticado por menor de 18 anos de idade, que é submetido ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e tem contra si aplicada uma medida de internação que se constitui na privação de sua liberdade, ou seja, na sua internação, em entidade exclusiva para adolescentes, que não pode exceder três anos, conforme previsto no artigo 121 do Estatuto.

Assim, com base na crescente participação dos menores de 18 anos, na sua maioria, aliciados por adultos

para a prática de crimes, especialmente o latrocínio, os defensores do projeto de lei sugerem a criação de instrumentos, que entendem serem mais eficazes para combater a participação de adolescentes na prática de atos infracionais, que causam repulsa à sociedade brasileira. Com isso, as propostas são para o endurecimento das penas, principalmente, naqueles casos em que adultos aliciam menores para a prática de crimes. O projeto traz, também, a alteração do crime para hediondo e o aumento da medida de internação de três para dez anos em ala separada dos demais, aumentando também a pena dos adultos que utilizam menores para a prática de crimes. Apesar das inúmeras divergências entre os próprios senadores, pois há aqueles que entendem que o jovem não irá se ressocializar ou reeducar passando dez anos privado da liberdade e do convívio em sociedade no período de sua formação, o projeto foi aprovado por 43 votos a favor e 13 contrários, seguindo agora para a Câmara dos Deputados.

O fato é que nem a PEC 171/1993, que trata da alteração do código penal para a redução da maioridade, e nem o projeto de lei 333/2015, aprovado pelo Senado, trazem soluções às questões relacionadas à violência que envolvem os jovens infratores e os adultos corruptores. É preciso rever de modo integral tanto o sistema penitenciário quanto as medidas aplicáveis aos menores, pois de um lado as unidades prisionais brasileiras fabricam cada vez mais criminosos; de outro, adolescentes são submetidos ao regime de internação, cujo prazo se pretende aumentar mais ainda sem de fato pensar, planejar e implementar políticas educacionais e profissionalizantes que transformem a vida desse jovem.

Débora Cristina Venerai é diretora da Escola Superior de Gestão Pública, Política e Jurídica da Uninter

Uma das justificativas para a proposição do projeto, além do ajuste da lei à atual realidade criminal, foi a crescente participação dos menores de 18 anos em crimes graves

30 JUL 2015

BEMPARANÁ

Audidores

Sindicato ameaça ir à Justiça contra projeto

O Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual (Sindafep) ameaça recorrer à Justiça caso a Assembleia Legislativa aprove projeto do governo que torna mais rigorosas as punições a profissionais da área que se envolvam em corrupção. O projeto foi anunciado no último dia 16 pelo governador Beto Richa (PSDB) como resposta ao escândalo envolvendo a Receita Estadual de Londrina, onde o Ministério Público investiga um esquema de cobrança de propina sobre empresas devedoras do Fisco.

Em correspondência ao chefe da Casa Civil, Eduardo Sciarra, o presidente do sindicato dos auditores, José Carlos de Carvalho, questiona o projeto, que prevê a possibilidade de demissão do servidor em razão da gravidade da falta disciplinar cometida. A proposta também estabelece a perda do prêmio de produtividade, que representa 50% do salário do auditor, nos casos de denúncias de corrupção, além de prever maior autonomia ao secretário da Fazenda, inclusive para afastar auditores que estejam sendo investigados. De acordo com o Sindafep, o advo-

“A classe já foi brutalmente agredida (...) em decorrência dos desvios ocorridos na regional de Londrina”.

*do Sindicato dos
Auditores Fiscais da
Receita Estadual*

gado Elias Mattar Assad, consultor da entidade aponta diversas inconstitucionalidades no anteprojeto.

O presidente do Sindafep alerta que, desde que começaram as investigações de denúncias de corrupção por parte de alguns auditores, a classe toda tem sido marginalizada. “A classe já foi brutalmente agredida (...) em decorrência dos desvios ocorridos na regional de Londrina”, diz a carta. O documento aponta ainda que a classe dos auditores “foi ultrajada com a afirmação do governador de que a corrupção é endêmica na Receita ‘há mais de 30 anos’”. O Sindafep convocou uma assembleia da categoria para o próximo sábado para discutir o projeto.

30 JUL 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

AÇÃO POR PRESÍDIO

A falta de medidas práticas pra resolver o problema da superlotação no sistema penitenciário de Londrina e região será alvo de uma ação civil pública que a OAB-PR irá protocolar ainda esta semana na Justiça Federal. A ação pede o início imediato da construção de um complexo, contendo a

extensão da Casa de Custódia, construção de um Centro de Triagem e Cadeias Públicas, abrindo 900 novas vagas pra abrigar presos da região.

O projeto e os recursos pra construção já estão liberados. A obra, inclusive, já foi licitada. O que era para ficar pronto em dezembro de 2014 e

depois teve a data prorrogada para março de 2015, até agora não saiu do papel.

Na noite do último domingo, presos do 4.º Distrito Policial renderam um policial e cerca de 60 conseguiram fugir. A delegacia, que tem capacidade para 24 presos, estava com 115. (Da Redação)

MAIS UM RÉU

Mais um presidente de uma grande empreiteira virou réu ontem, devido às investigações da Operação Lava Jato. A Justiça Federal abriu ação penal contra Otávio Marques de Azevedo, da Andrade Gutierrez e mais 12 investigados. A Procuradoria da República atribui ao empreiteiro e aos outros acusados os crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa.

A decisão é do juiz federal Sérgio Moro.

OUTRO

Na terça-feira, outro empreiteiro, Marcelo Odebrecht, também tornou-se réu pelos mesmo crimes.

DOAÇÃO

O superintendente da Odebrecht Infraestrutura, Fábio Gandolfo, afirmou à polícia que as empresas do consórcio Angramon, responsável pela montagem de Angra 3, receberam pedido de doação pra campanha eleitoral do PMDB.

ÔNIBUS

O deputado Requião Filho (PMDB) entrou com ação civil pública na 5.ª Vara da Fazenda de Curitiba contra a decisão da Comec de repassar a gestão da bilhetagem eletrônica das linhas de ônibus metropolitanas pra Metrocard, de propriedade das empresas de ônibus. O deputado pede a anulação dos "atos ilegais e lesivos" ao estado. A Comec diz que ainda não recebeu a ação.

ITAÚ-

O Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina condenou o Banco Itaú por não permitir férias de 30 dias aos seus funcionários, exigir mais de duas horas extras por dia e diminuir os intervalos pra alimentação. O valor da indenização por danos morais coletivos chega a R\$ 21,88 milhões. Em depoimentos à Justiça, empregados do banco afirmaram que todos eram obrigados a vender 10 dias de férias.

30 JUL 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

Moro abre ação contra presidente da Andrade Gutierrez

Investigados passam à condição de réus no processo da Operação Lava Jato

 O juiz federal Sérgio Moro recebeu ontem a denúncia contra o presidente da Andrade Gutierrez, Otávio Marques de Azevedo, e mais 12 investigados na Operação Lava Jato, entre eles executivos da empresa. Com a decisão, os investigados passam à condição de réus. Na decisão, Moro disse que há indícios de que a empresa fazia parte do cartel de licitações na Petrobras.

“Em especial, além do depoimento dos colaboradores, a documentação que indica a existência do cartel e

dos ajustes de licitação, a prova documental do fluxo financeiro entre a Andrade Gutierrez e os operadores Fernando Soares e Mário Goes, e de outros elementos documentais circunstanciais, conferem sustentação à denúncia, isso sem prejuízo da discussão pelas partes e apreciação final pelo juízo”, justificou Sérgio Moro.

Em nota, a Andrade Gutierrez declarou que não vai se pronunciar sobre o assunto pela imprensa. “Os advogados dos executivos e executivos da Andrade



Agência Bra

Moro garante que documentação indica a existência de cartel

Gutierrez informam que as respectivas defesas serão feitas nos autos da ação penal, fórum adequado para tratar do assunto”, informou a empreiteira. ●

Juiz nega pedido de Dirceu para viajar

 Em uma audiência na Câmara dos Deputados repleta de integrantes das bancadas evangélica e católica, o pastor Silas Malafaia defendeu nesta quinta-feira (25) que o Congresso “não pode ficar de joelhos” para decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) e precisa legislar. Durante quatro horas, o religioso debateu com o

ativista LGBT Toni Reis e defendeu que a família é aquela formada por homem e mulher.

Malafaia e Reis foram à Câmara dos Deputados para participar da comissão especial do estatuto da família, que veda a adoção de crianças por casais homoafetivos. Durante toda a sessão, o pastor foi ovacionado por apoiadores na plateia ao pronunciar frases de efeito. ●